

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1984)
FRANCISCO RAMÉL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISLIUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIS CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARTANA UEMURA SAMPATO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

Horizonte estreito



O programa de reindustrialização apresentado com fanfarra nesta semana tem como único horizonte a eleição presidencial de 2026. Não é, portanto, um plano de Estado, mas de governo

O governo Lula da Silva reagiu à saraivada de críticas que o plano de reindustrialização recebeu nos últimos dias. Houve um evidente esforço para destacar as diferenças entre o programa atual e as iniciativas de gestões petistas anteriores, mas faltam muitas explicações sobre alguns dos principais pilares da proposta, como os requisitos de conteúdo local, as metas aspiracionais do Nova Indústria Brasil (NIB) e o papel que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) assumirá

nesse contexto.

Medidas que incentivem a compra e o uso de produtos e serviços fornecidos por empresas nacionais não são uma novidade no País. Ao contrário, já foram muito utilizadas na tentativa de estimular o desenvolvimento de novas empresas e empregos na cadeia do petróleo e na indústria naval. Eivadas de boas intenções, tais políticas quase nunca alcançam os resultados almejados e, na última década, tiveram consequências trágicas na economia e no mercado de trabalho do Rio de Janeiro.

Não por acaso, requisitos de conteúdo

local geram muita apreensão na iniciativa privada e, inclusive, em parte do governo. Nesse sentido, a ausência dos ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e do Planejamento, Simone Tebet, na cerimônia de apresentação do plano da proposta não passou despercebida.

Não foi o único recado interno. Em entrevista ao *Estadão*, o assessor especial do Ministério da Fazenda e coordenador da agenda verde dentro da equipe econômica, Rafael Dubeux, cobrou cautela na implementação dessa política e o estabelecimento de prazos para que um determinado segmento beneficiado pela medida alcance padrões de competitividade internacional. “Se não evolui nada, tem de descontinuar”, afirmou, ressaltando que apenas setores nos quais o País tem chance de disputar mercados externos deveriam ser considerados.

Há também muitas dúvidas sobre o caminho para alcançar as metas aspiracionais do plano até 2033. Entre os objetivos definidos no documento estão a obtenção de autonomia na produção de 50% das tecnologias críticas para a defesa; a produção nacional de 70% das necessidades do País na área de medicamentos, vacinas, dispositivos, materiais, insumos e tecnologias em saúde; e o suprimento de 95% do mercado agropecuário por máquinas e equipamentos de produção nacional.

Tão ambiciosas quanto pouco críveis, elas teriam sido a causa da irritação demonstrada pelo presidente Lula da Silva no anúncio do programa. Por isso, segundo o *Estadão*, foram retiradas da apresentação e do discurso do vice-presidente e ministro do Desen-

volvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin.

Já o diretor de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior do BNDES, José Luis Gordon, negou que o Tesouro fará aportes à instituição financeira. Não explicou, no entanto, como a emissão de Letras de Crédito do Desenvolvimento (LCD) não afetará a política fiscal, uma vez que o banco pertence integralmente ao governo. Descartou, também, a possibilidade de o BNDES comprar ações de empresas, além da reedição da fracassada política de campeãs nacionais, mas disse que o banco lançará fundos para incentivar áreas “estratégicas” alinhadas às seis missões do plano.

Para o governo, as críticas ao plano são infundadas e vieram de especialistas que nem se deram ao trabalho de ler a proposta. Para a Confederação Nacional da Indústria (CNI), é ainda pior: elas vêm de quem é contra o desenvolvimento do País. Reações como essas interditar um debate pertinente e que deveria ser feito com muito cuidado e com ampla participação da sociedade, haja vista o custo dos erros cometidos no passado recente na tentativa de impulsionar a indústria e a economia.

Políticas industriais bem-sucedidas no exterior priorizaram investimentos em pesquisa e inovação, o aumento da produtividade e o desenvolvimento de capital humano, a partir de áreas nas quais os países já tinham competitividade.

O programa de reindustrialização apresentado nesta semana tem como único horizonte a eleição presidencial de 2026. Não é, portanto, um plano de Estado, mas de governo. ●

Aos 90 anos, a USP precisa avançar

Universidade brasileira que mais se aproxima das boas práticas globais, a USP compartilha com o sistema nacional do ensino superior as vulnerabilidades que impedem um progresso maior

Uma das heranças malditas do regime colonial no Brasil foi o atraso do ensino superior. As primeiras faculdades foram criadas só no século 19. Quando a primeira universidade foi fundada no Rio de Janeiro, em 1920, já havia 78 universidades nos EUA e 20 na América Latina.

Nascida há exatos 90 anos, a Universidade de São Paulo (USP) tem muito o que celebrar. Amparada pelo compromisso do Estado de São Paulo com o financiamento ao ensino superior, a USP foi pioneira na dedicação integral de docentes, na consolidação da pós-graduação e na autonomia financeira. Seria ocioso enumerar todas as suas conquistas. Basta lembrar que há décadas ela desfruta da reputação de melhor universidade do Brasil e uma das melho-

res da América Latina, figurando frequentemente como a melhor nos rankings internacionais.

Tudo isso é motivo de orgulho, mas não autoriza a complacência. Há um potencial inexplorado, e, se na América Latina as universidades brasileiras se destacam, a região está defasada em relação a países emergentes sobretudo na Ásia, como China, Coreia do Sul ou Índia. O Brasil é a segunda maior democracia do Ocidente e uma das dez maiores economias do mundo, mas está longe de ter uma universidade de “classe mundial”.

Nos sistemas internacionais de avaliação há um consenso sobre os fatores que determinam a excelência universitária: acima de tudo, ensino e pesquisa de qualidade, mas também competência das publicações, internacionalização, empregabilidade, sustentabilidade

e eficiência institucional. No Brasil, a USP se destaca e tem avançado em todos estes aspectos. Mas ela também compartilha de vulnerabilidades do ecossistema do ensino superior nacional que refreiam esses avanços.

Nas últimas décadas, as políticas de ensino superior enfatizaram excessivamente a expansão, privilegiando critérios quantitativos, como o número total de publicações ou a dimensão institucional. Some-se a isso outra ênfase mais recente, na inclusão social, que, como apontou Simon Schwartzman numa análise em seu website sobre *O Brasil no ranking internacional de universidades*, “adquiriu uma prioridade quase absoluta nas políticas públicas de ensino superior, deixando em segundo plano a questão da excelência, que precisa voltar à agenda”.

Não que se deva abrir mão de estratégias de massificação e inclusão do ensino superior público. Mas o País precisa pensar em meios de canalizar recursos proporcionalmente maiores em um grupo minoritário de instituições de excelência em pesquisa, em oposição a um conjunto majoritário de instituições focadas no ensino e preparação ao mercado de trabalho, com custos menores. A Suécia, por exemplo, gasta US\$ 20 mil por estudante nas universidades de excelência e US\$ 7 mil nas universidades “pós-secundárias”. A concentração de recursos em universidades de ponta

também explica os avanços asiáticos.

As universidades públicas padecem dos padrões de uma administração estatal centralizada e burocrática. Isso explica em parte por que são comparativamente baixas a atividade de inovação e a capacidade de obter recursos do setor produtivo, assim como a qualidade das pesquisas.

Um dos desafios estruturais que a USP precisa enfrentar é o seu tamanho. Instituições nos topos dos rankings são de tamanho médio para pequeno, com menos de 20 mil alunos. A USP tem quase 100 mil, e ainda é responsável por administrar entidades extra-acadêmicas, como hospitais ou museus. Esse gigantismo traz problemas crônicos de gestão, como orçamentos engessados e comprometidos pelo excesso de servidores administrativos. O corporativismo burocrático também prejudica o princípio do mérito. Relacionado a esse quadro, talvez o maior desafio da USP seja intensificar sua internacionalização. Embora ela tenha crescido nos últimos anos, ainda é comparativamente baixa.

Apesar de tudo, as políticas paulistas para o ensino superior são as que mais têm se aproximado das boas práticas internacionais, e os resultados são visíveis nos rankings globais. As universidades paulistas, puxadas pela USP, estão no caminho certo, e são um modelo para o País, mas podem e devem remover barreiras ao seu avanço e acelerar o passo. ●

PARTE DO DESTAQUE POR INOVAÇÃO
Pres@usp.br | 051 2778-6004
Contato: @Pres@usp.br

Presreader